

ASSEMBLÉIA DOS LUTADORES DO POVO

Brasília, 8 a 10 de outubro de 1999

Consulta Popular

Cartilha n° 6

EXPEDIENTE

A Cartilha n° 6 é uma publicação da Consulta Popular Editoração Eletrônica: Secretaria Operativa Consulta Popular

Pedidos: Consulta Popular

Rua Ministro Godoy, 1484 - CEP 05015-900 - São Paulo - SP Telefax: (1 1)263-9698

Correio eletrônico: consultapopular@cidadanet.org.br

SUMÁRIO

Apresentação.....	5
1. Carta da Assembléia dos Lutadores do Povo.....	7
2. Compromissos dos Lutadores do Povo.....	13
3. Precisamos construir um Projeto Alternativo.....	15
4. Bandeiras: políticas.....	25
5. Marchar e vencer.....	29
6. Publicações da disponíveis.....	33

**CARTA DA ASSEMBLÉIA DOS
LUTADORES DO POVO**

Depois de mais de 1.600 quilômetros percorridos em caminhada, 1.100 lutadores e lutadoras do povo, oriundos de 23 estados, ligados a diferentes movimentos sociais, chegaram a Brasília. No trajeto, em escolas, igrejas e associações de todo tipo, fizeram palestras para mais de 200 mil pessoas. Foram vistos por muitas mais. Sua movimentação disciplinada por estradas e cidades substituiu a pedagogia do discurso pela pedagogia do exemplo, muito mais sincera e eficaz. A imagem da luta se fazia nítida, direta e clara. Foi a Marcha Popular pelo Brasil.

O apoio do povo aos marchantes foi extraordinário: deixamos o Rio de Janeiro em 26 de julho com provisões para uma semana, e daí para a frente, até 7 de outubro, a sociedade nos sustentou. Praticamos o trabalho voluntário. Aprendemos a ter mais perseverança. Nos conhecemos melhor. Na chegada, milhares de companheiros se somaram. Entramos juntos na capital do país, em manifestação emocionante, que jamais esqueceremos. Permanecemos em assembléia durante três dias, debatendo um novo projeto para o Brasil. Somos da Consulta Popular.

Vimos, em todo o trajeto, que o povo não aceita permanecer submetido às políticas atuais. A obra de desconstrução da Nação está exposta, sem véus, aos olhos de todos. Todos percebem que o Brasil não conta com um governo que, internamente, ajude a sociedade a organizar-se para aumentar o bem-estar coletivo e, externamente, represente os interesses do país no sistema internacional. O governo tornou-se um agente promotor da crise e da desigualdade, na medida em que escolheu representar, dentro do Brasil, os interesses dos países e grupos econômicos dominantes no sistema internacional.

Rompidos os laços entre governo e sociedade, o Brasil foi lançado em uma crise sem precedentes. O setor produtivo paga o preço de uma prolongada estagnação; a economia nunca foi tão vulnerável às pressões do exterior; a condução da política econômica foi entregue a uma instituição estrangeira, o FMI; refém do capital financeiro, o Estado perdeu a capacidade de realizar investimentos e prover serviços públicos essenciais; o pacto federativo foi rompido; o desemprego atingiu níveis inconcebíveis; a agricultura familiar está marginalizada; saúde, educação e instituições de pesquisa estão em colapso; a desesperança e a violência se disseminam.

O Brasil vive uma crise que questiona o seu destino. Se o caminho atual não for alterado a tempo, o país será levado a abrir mão de sua moeda e de seu espaço econômico nacionais, inserindo-se em uma zona do dólar plenamente constituída, consolidada pela formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Deixarão de existir as poucas empresas estratégicas de base nacional que ainda restam como a Petrobras e o Banco do Brasil. Voltaremos à condição de colônia.

A experiência dos vinte últimos anos mostra que simples alterações na política econômica não são suficientes para reverter esse quadro. Ultrapassados curtos períodos de falsa esperança, a crise estrutural do país - a crise de identidade, de valores, de confiança em si mesmo, de capacidade - se recompõe e se agrava, moldando no tempo uma trajetória de degradação. Isso ocorre porque o sistema de poder nunca foi alterado, impedindo assim que se alterasse a organização socioeconômica da Nação, em benefício da maioria.

Grande parte da oposição desistiu de enfrentar esse debate e propor uma alternativa programática radical que vá às raízes da crise. Outra parte pretende ser radical a partir de posições doutrinárias. Não nos identificamos com essas duas posições. Estamos construindo uma alternativa radical em profunda ligação com o povo, respeitando seus ritmos e sua cultura, compartilhando suas formas de vida - numa palavra, sendo parte dele. A Marcha e a Assembléia foram episódios dessa caminhada maior, voltada para construir e consolidar o Projeto Popular para o Brasil.

No primeiro dia da nossa Assembléia, detalhamos os cinco compromissos que formam o ponto de partida desse projeto:

1. **0 compromisso com a soberania**, que é a conquista, pelo povo brasileiro, da capacidade de definir com autonomia seus próprios objetivos, bem como os caminhos que deseja trilhar para alcançá-los;
2. **0 compromisso com a solidariedade**, que exige a mobilização de todos os recursos e de toda a capacidade produtiva, técnica e cultural do Brasil para eliminar a miséria, a pobreza e a incultura, garantindo a todos um patamar comum de dignidade e igualdade;
3. **0 compromisso com o desenvolvimento**, ou seja, com o uso pleno de nossas terras, recursos, instalações produtivas e capacidade de trabalho, em um mutirão que nos retire da condição de país periférico e dependente;
4. **0 compromisso com a sustentabilidade**, que traz para o centro das preocupações a proteção ao ser humano e à natureza que nos cerca;
5. **0 compromisso com a democracia popular**, cuja construção passa por uma profunda reforma nas instituições de poder, bem como nos meios de comunicação de massas, para colocá-los sob controle do povo.

As medidas fundamentais para alterar esse sistema de poder ocuparam o segundo dia da nossa Assembléia. Detém o poder aqueles grupos que comandam recursos e instituições decisivas na organização da vida social, fazendo com que a sociedade funcione de forma subordinada a seus interesses. A causa principal da prolongada crise brasileira é o controle, pelas elites dominantes, desses instrumentos de poder. Democratizá-los é o ponto central do nosso projeto, que tem como ponto de partida cinco pontos fundamentais:

1. **A democratização da terra**, principal recurso natural do país;
2. **A democratização do solo urbano**, condição para um reordenamento da vida nas cidades, onde está a maioria da nossa população;
3. **A democratização do capital**, instrumento que controla a alocação de recursos e comanda a principal força produtiva da sociedade, o trabalho;
4. **A democratização da informação**, que determina a formação de opiniões e valores, desempenhando assim um papel central na organização social e política;
5. **A democratização da cultura**, elemento decisivo para a reconstrução da identidade e da auto-estima do nosso povo.

A Marcha Popular pelo Brasil não terminou em Brasília. Os 5 mil lutadores e lutadoras do povo aqui reunidos, que representam outros milhares, assumimos o compromisso de retornar aos nossos estados como organizadores da Consulta Popular e multiplicadores do Projeto Popular para o Brasil. Voltamos confiantes. Estamos construindo uma organização de novo tipo, dirigida para a luta, e cujas marcas são a unidade, a disciplina militante e a fidelidade ao povo. Uma organização que pratica os valores da solidariedade, da gratuidade, da honestidade e do trabalho coletivo. Isso é condição para podermos enfrentar a crise histórica que vive o país. Uma crise cuja superação exigirá lutas e sacrifícios, que serão recompensados pela construção de uma pátria livre, justa solidária.

Pátria livre, venceremos!

*Assembléia dos Lutadores do Povo
Brasília, 10 de outubro de 1999*

COMPROMISSOS DOS LUTADORES DO POVO

*Compromissos assumidos, em profissão de fé, por todos militantes presentes na
Assembléia.*

Decididos a levar em frente a construção de um novo Projeto para o Brasil, confiantes na organização e na força do povo brasileiro, assumimos o compromisso de alimentar a esperança em cada coração e seguir em frente na construção desta grande causa.

Nos comprometemos a ser fiéis aos anseios e princípios que orientam nosso Projeto, e jamais pensar em fraquejar ou desviar o caminho, que nos deverá levar à libertação completa dos filhos oprimidos desta grande nação.

E com o coração aberto que pretendemos edificar a nova pátria socialista e solidária, com todas as nações do mundo que plantam e semeiam valores que dignificam os seres humanos em harmonia com a vida de todas as espécies.

Certos de que seremos vencedores, reafirmamos nossa disposição de combater toda e qualquer injustiça, enfrentar os poderosos e os oportunistas, desamarrar as correntes da ignorância e da opressão, que aprisionam nosso povo, mas que não nos impedem de sonhar com a liberdade.

Seguiremos em marcha sem temer o futuro, buscaremos através da luta eliminar a violência e construir a paz.

Na sombra de nossa rebeldia descansarão as futuras gerações e o poder nos dará condições de entregar-lhes esta pátria livre, independente, democrática e solidária.

Pátria Livre!

Viva o Projeto Popular para o Brasil!

Viva as esperanças e os sonhos do povo brasileiro!

Brasília, 10 de outubro de 1999

PRECISAMOS CONSTRUIR UM PROJETO ALTERNATIVO

*- Análise de conjuntura política e balanço da Marcha Popular,
publicada no Correio da Cidadania, «- 162 de 2 a 9/10/99 -*

Correio: *Os partidos de oposição reuniram no mês passado mais de 100 mil pessoas em ato realizado em Brasília. O que vocês esperam agora com a Marcha Popular a Brasília?*

João Pedro Stédile: A principal característica é que estamos levando militantes, originários de diversos movimentos sociais: sindicalistas combativos, agentes de pastoral, movimentos de mulheres rurais, estudantes. São militantes oriundos de todos os estados do Brasil, que vão a Brasília não só para protestar, mas para discutir um projeto alternativo para o Brasil. E, na volta aos seus locais de militância, terão ainda mais elementos para continuar a discussão com a população. Nesse segundo semestre, conseguimos construir espaços de luta, conjuntamente com diversas entidades, como no Fórum Nacional de Lutas, na Semana Social da CNBB, na Coordenação Nacional do Grito dos Excluídos e na Frente dos Partidos de Oposição. Obtivemos esse avanço neste semestre. E o dirigente, político ou sindical, que não compreender esse avanço, teimando em projetar sua luta pessoal ou a luta corporativa da sua organização, ficará para trás. Por esse calendário, tivemos a largada da Marcha Popular dia 26 de julho, e a coleta das assinaturas pela CPI da Telebrás. Depois, a chegada da Caravana dos cem mil, dia 26 de agosto. Logo após, o Grito dos Excluídos, dia 7 de setembro. E agora teremos: a greve nacional dos metalúrgicos das montadoras, a greve nacional dos servidores públicos, a caravana pela educação pública e gratuita, dia 6 de outubro. E, no dia 7 de outubro, a chegada da Marcha Popular pelo Brasil. Depois, dia 12 de outubro, o Grito latino-americano dos excluídos, que organizará manifestações em algumas cidades da fronteira do país e em Brasília. E, finalmente, teremos no dia 10 de novembro a paralisação nacional contra a política econômica e social desse governo.

Correio: *Qual é o objetivo da Marcha Popular em Brasília?*

João Pedro O primeiro objetivo de *realizar* uma caminhada de 1580 quilômetros não é a chegada, é o percurso. Ou seja, o primeiro objetivo é desenvolver uma nova prática política de relacionamento com o povo. Queremos renovar os métodos de fazer política, através da pedagogia do exemplo. O segundo objetivo é o de discutir, ao longo da caminhada, a gravidade da crise que o país vive e mostrar que há soluções, há saídas. Desde que o povo se una e lute. O terceiro objetivo é o de refletir com os setores organizados de nosso povo, ir nos colégios, sindicatos, paróquias, igrejas, atos públicos, rádios, câmaras de vereadores, para dizer que é preciso construir um Projeto Popular. Para isso, o primeiro passo é derrotar politicamente o governo FHC. Tira-lo de lá. Mas, isso não é suficiente. O mais importante é construir um projeto político, que reorganize a economia brasileira voltada para os interesses da população. E que se garanta uma verdadeira democracia, na qual o povo possa participar ativamente na definição dos destinos do nosso país. E que não seja chamado apenas nos períodos eleitorais. Por último, na chegada a Brasília, queremos denunciar o intenso grau de subordinação do governo ao FMI. Hoje, a política econômica é ditada pelo FMI. A soberania do país, por obra de FHC, está ameaçada. A sociedade nem sequer teve o direito de saber o que o governo assinou no acordo com o FMI. Isso é uma vergonha. Queremos denunciar isso. Sem romper com o acordo do FMI não haverá soluções para o país.

Correio: *O que os marchantes discutiram com a população das 130 cidades pelas quais passaram durante a caminhada a Brasília?*

João Pedro: A primeira discussão foi a de compreender a natureza da crise econômica atual. Mostrar que esse governo já gastou 50 bilhões de reais, apenas no primeiro semestre, no pagamento de juros para os banqueiros nacionais e internacionais, e que, mesmo assim, as dívidas interna e externa só aumentaram. Mostrar que a política econômica está numa enrascada, que torna nosso país refém e eterno espoliado pelo capital internacional. Para que a economia volte a crescer, é preciso romper com esses acordos e reorganizar nossa economia. A segunda discussão foi a de mostrar como reorganizar nossa economia para que se garanta a TODO POVO, comida, moradia, trabalho, terra e educação. Discuti-se que, para resolver esses problemas, que parecem tão simples e óbvios, só há um caminho: primeiro, o Brasil retomar sua soberania, ou seja, o povo brasileiro, organizado, retomar as rédeas do seu destino. Segundo, atacar os problemas pela sua raiz estrutural. Por exemplo, é preciso controlar o capital financeiro. O capital financeiro deve ser colocado no financiamento da produção e não na especulação. Para isso, é preciso um controle rigoroso sobre os juros, sobre a remessa de divisas para o exterior. Por outro lado, é preciso democratizar o capital e iniciar a reforma agrária, para democratizar a terra e reorganizar a produção agrícola. E preciso tomar medidas para democratizar a informação, ou seja, os meios de comunicação massa. Eles exercem um importante papel na nossa frágil democracia formal. Por isso, as televisões e rádios deveriam assumir o que está na Constituição, ou seja, ser de fato serviços de interesse público e não um meio de manipulação do povo, em prol dos interesses dos grandes grupos econômicos.

Correio: Como foi a resposta do povo nas discussões com os marchantes?

João Pedro: Foi impressionante. A população correspondeu e participou interessadíssima nesses debates. O povo está indignado. E já tem uma consciência social suficiente para perceber que a saída não é mais obra de um salvador da pátria. Ela somente acontecerá se for uma obra coletiva. Mas, para isso, é preciso ir até o povo ajudá-lo a se organizar. Foi isso que a marcha quis fazer.

Correio: Em que consiste e quem comanda a Consulta Popular? Trata-se do "braço político" do MST?

João Pedro A Consulta Popular é um processo de discussão política que inúmeros militantes, dos mais diversos movimentos sociais, sindicais, pastorais, estudantis e dos partidos oposições, resolveram fazer, a partir do final de 97, para debater um projeto popular para o Brasil. Percebemos que, em nossas organizações de massa, e mesmo nos partidos políticos em que estamos militando, não havia um espaço de discussão política suficiente, necessário e profundo sobre os destinos estratégicos de nosso povo. Por isso iniciamos esse debate. Fizemos um primeiro grande encontro em Itaici, no final de 1997. Depois, as discussões foram reproduzidas nos estados, nos movimentos. Estamos produzindo uma série de materiais didáticos, em cartilhas e vídeos, para facilitar esse debate: que Brasil queremos construir? Já como fruto desse debate, percebemos que um projeto estratégico para o país não depende de declarações dogmáticas ou de nosso idealismo. Construímos a concepção de que a construção de um projeto popular seria o somatório, a complementaridade, de três aspectos fundamentais: primeiro, a elaboração teórica, ou seja, a pesquisa e entendimento aprofundado sobre nossa realidade brasileira, aproveitando-se inclusive dos pensadores históricos, como Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior e tantos outros. Segundo, o estímulo à mobilização de grandes lutas de massa. Somente a mobilização popular e altera a correlação de forças na sociedade. E,

finalmente, a criação de uma organicidade entre os lutadores do povo, para ir tecendo uma rede que articule as lutas e as pessoas em torno do Projeto Popular para o Brasil.

Correio: *A Consulta Popular pretende transformar-se em mais um partido de oposição?*

João Pedro: A Consulta Popular não quer se transformar em partido político. O problema do povo brasileiro não é falta de partido. Já temos muitos, no campo da esquerda, de várias matizes ideológicas. Portanto, nosso problema não é de partido. E por isso que, dentro da consulta, a maioria dos companheiros é também militante ou simpatizante de partidos políticos. Queremos construir um processo, um movimento, que articule os lutadores do povo, para um objetivo estratégico, que é a mudança real do país.

Correio: *O programa da campanha de candidatura Lula/Brizola de 1998 não contempla o projeto popular para o Brasil que a Consulta Popular está tentando construir?*

João Pedro: O programa da campanha Lula/Brizola era um programa para fins eleitorais. Projeto estratégico não tem caráter de campanha eleitoral. As campanhas e candidaturas podem estar articuladas com projetos estratégicos. Mas, infelizmente, o problema que os partidos de oposição enfrentam nesse momento é justamente esse: falta-nos um projeto estratégico, que possa orientar a ação tática, as campanhas eleitorais de cada um. Que podem e devem ser diferenciadas, por suas origens, características e base social, mas que deveriam acumular rumo ao mesmo objetivo. Como os partidos de oposição ainda não têm uma concepção clara de projeto estratégico, acabam priorizando apenas campanhas eleitorais. Por não termos um compromisso ideológico de longo prazo, os candidatos, lá na base, passam a se mover por interesses particulares e corporativos. E aí acabam aflorando vários tipos de desvios de comportamento, que infelizmente começam a ser registrados entre os partidos de oposição também - com práticas que antes estávamos acostumados a ver apenas nos partidos de direita.

Correio: *Os textos da Consulta Popular mencionam a necessidade de romper com o FMI. Se isto acontecer, certamente haverá represálias. O Brasil sobrevive se a comunidade financeira internacional cortar os nossos créditos?*

João Pedro: O rompimento com o FMI é acima de tudo uma necessidade, se quisermos continuar nos considerando, e sendo considerados, uma nação. Se continuar essa ingerência, passaremos a ser de fato uma nova colônia dos Estados Unidos. Nenhum país do mundo se desenvolveu baseado em capitais externos. Mesmo no caso brasileiro, contrariando o que é alardeado, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, nosso nível de investimento é de aproximadamente 25% do PIB. Pois bem, destes, o capital estrangeiro entra com apenas 3%. Assim, se houvesse uma ruptura, perderíamos isso. Pois o restante é poupança interna, de capital privado ou do governo. A paranóia que os meios de comunicação social difundem faz parte da propaganda. Afinal, esses meios estão diretamente subordinados aos interesses do grande capital. Certamente haverá represálias. Daí, mais um motivo para politizar e organizar o nosso povo. Se ele souber por que e para que está lutando saberá enfrentar qualquer ofensiva dos países ricos. Inclusive, saberá dar uma resposta aos aliados internos do imperialismo.

Correio: *A Consulta Popular afirma que o Projeto Popular para o Brasil é incompatível com o consumismo. Muitos analistas, no entanto, apontam o sucesso do*

Plano Real, em sua primeira fase, exatamente no crescimento do consumo entre as camadas mais pobres da população. O povo brasileiro é consumista?

João Pedro: Há dois aspectos que gostaria de comentar em torno dessa tese. O primeiro é de ordem econômica. Nós temos um enorme potencial em termos de recursos econômicos, naturais e populacionais, com mais de 160 milhões de habitantes. A prioridade de nossa economia é, acima de tudo, garantir que cada brasileiro possa comer o necessário todos os dias. Ter sua moradia digna, ter trabalho e igualdade de oportunidades na educação, ou seja, escola. Com isso, nem precisamos nos preocupar com a boa saúde. Ela será decorrência numa sociedade em que todos se alimentam bem e vivem bem. Mas, para que todos tenham tudo isso, que parece tão pouco, é preciso reorganizar a economia para produzir bens de consumo para todos, e não apenas para alguns. Não será possível as fábricas produzirem um automóvel por família, até mesmo porque a vida no país seria inviável. Mas é possível as fábricas produzirem trens, ônibus, metrô, para que todos usem transporte de qualidade. Não é possível haver mansões luxuosas, mas é possível todos terem uma casa confortável. Portanto, a economia precisa ser reorganizada de acordo com as necessidades da maioria. Essa será a prioridade. O segundo aspecto é que o neoliberalismo projeta, através dos meios de comunicação, falsos valores, em torno do consumismo, do individualismo e do egoísmo. Ora, esses são falsos valores, que trazem consequências desastrosas para toda a sociedade. Porque o pobre, que não tem trabalho e não tem dinheiro, diante da avalanche da propaganda, buscará nos meios ilegais e imorais as únicas formas de poder consumir algo e de resolver, por conta própria, seus problemas. Por isso é que se propagam o tráfico de drogas, a prostituição, o roubo e o latrocínio, como pragas que destroem a sociedade no meio dos pobres.

Correio: O ex-ministro Ciro Gomes e seu guru Mangabeira Unger têm freqüentado as páginas dos jornais e revistas nas últimas semanas, apresentando propostas alternativas para gerar desenvolvimento econômico e fazer o país crescer. No que as propostas de Ciro/Mangabeira se diferenciam das que estão sendo levantadas pela Consulta Popular?

João Pedro: Mais do que comparar com a Consulta Popular é preciso compreender a natureza das propostas da dupla. Diante da gravidade da crise e da falência do modelo propagado pelo FMI-FHC, evidentemente que as elites começam a preparar alternativas, que signifiquem pequenas mudanças na política econômica, sem alterar o seu projeto estratégico. Ou seja, mudar algo, para, na essência, não mudar nada. Por isso Ciro Gomes defende mudanças na política econômica. Critica a incompetência de FHC, mas, na essência, é o mesmo projeto. Ciro é a alternativa que as elites estão construindo no Brasil, para substituir FHC. E, daqui para diante, à medida que a burguesia paulista for se unificando em torno dele, seu nome estará cada vez mais presente na imprensa. Como disse antes, um projeto popular para o Brasil tem que controlar e democratizar o capital financeiro, tem que controlar as grandes fortunas, realizar uma efetiva reforma agrária e democratizar os meios de comunicação e a educação. Não é isso que Ciro representa. Ele representa o projeto de setores do empresariado que querem separar-se da direita atrasada brasileira. Esta está disposta a tudo. Ou seja, quer subordinar nossa economia ainda mais ao capital internacional, através da dolarização, do ingresso mais rápido na ALCA, da venda do que sobrou das empresas estatais estratégicas. Ela sabem que seguir nessa direção pode provocar uma verdadeira tragédia econômica, com consequências sociais e políticas semelhantes ao que ocorreu na Rússia ou na Indonésia.

Por isso preparam uma alternativa que mude alguns aspectos da política econômica, sem alterar a essência. E, para fazer as mudanças insignificantes, serve o collarzinho do Ceará.

BANDEIRAS POLÍTICAS

- Expressam as saídas necessárias para a crise estrutural de nosso país -

Acumulamos em nossas discussões e nos debates durante a Assembléia dos Lutados do Povo, algumas "bandeiras" políticas comuns que expressam soluções para os problemas que o povo enfrenta. Também representam um programa de emergência rumo a construção de um novo modelo econômico para o país.

Devemos debater essas "bandeiras" com a população e transformá-las em reivindicações concretas nas nossas lutas de massa, seja em nossos movimentos específicos, como na luta pela derrota política do governo FHC e construção de um novo modelo econômico no país.

1. Recuperar a soberania nacional

O Brasil esta sendo dirigido vergonhosamente pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), pelo Banco Mundial e pelos interesses do capital internacional. O governo FHC não tem mais autonomia. Por isso precisamos romper com o FMI e recuperar a soberania. O povo é quem deve ser soberano em decidir sobre seu destino.

2. Controlar o capital financeiro

No modelo econômico atual, todos os trabalhadores são explorados pelo capital financeiro, pelos bancos, que acumulam riquezas através das mais altas taxas de juros do mundo. Em 1999, foram 130 bilhões de reais apenas em juros da dívida interna. Por isso é preciso parar de pagar a dívida interna e controlar o sistema financeiro.

3. Não pagamento da dívida externa

Durante os 5 anos de FHC o Brasil enviou para o exterior 150 bilhões de dólares. No entanto, a dívida pulou de 120 para 230 bilhões. Nenhum país pobre conseguirá se desenvolver sem parar de pagar a dívida externa.

4. Distribuir a riqueza

Durante 500 anos as elites brasileiros acumularam uma enorme riqueza, a custa do trabalho escravo, de super exploração.

Por isso o Brasil é o país mais desigual do mundo. É preciso um programa que distribua a riqueza acumulada injustamente em todos esses anos.

5. Um estado a serviço do povo

O Estado brasileiro é apenas um aparelho para as elites enriquecerem, se aproveitarem. Também por isso transformam as eleições em mero esquema de compra de votos e de interesses. E preciso instituir um verdadeiro regime político democrático, onde todos os cidadãos tenham direitos e oportunidades iguais, e que se eleja governos populares para administrar o estado a serviço da solução dos problemas do povo.

6 Melhorar os salários e as aposentadorias dos trabalhadores

Num país com tanta concentração de renda e com o mais baixo salário mínimo do mundo, é preciso utilizar-se dos salários como forma de garantir uma renda digna a cada trabalhador. Pelo cálculo do Dieese, para atender nossas necessidades, e pela riqueza média produzida pelos trabalhadores, todo mundo deveria receber, no mínimo, 700 reais por mês.

7. Democratizar os meios de comunicação social

No Brasil sete grandes grupos econômicos controlam todas as televisões, os maiores jornais e rádios. E utilizam os meios de comunicação para manipular as informações e manipular a opinião do povo. Para construir uma democracia é preciso que os meios de comunicação voltem a ser um serviço público e controlado por mecanismos democráticos da sociedade.

8. Reforma agrária

E preciso implantar uma reforma agrária verdadeira que distribua a terra de todos os latifúndios acima de mil hectares, aos 5 milhões de famílias sem terra, de forma massiva e rápida.

9. Moradia para todos

Há no Brasil a necessidade de 10 milhões de moradias dignas, para famílias que hoje vivem em favelas, cortiços, barracos, em condições subhumanas. E preciso garantir que cada família de brasileiro possa ter sua casa, em boas condições. E livrar-se também do fardo do aluguel.

10. Trabalho para todos

O trabalho é uma necessidade e uma condição de realização humana. O modelo econômico e as elites, impedem que o povo tenha direito a trabalhar. Por isso é preciso implantar um modelo que garanta a cada pessoa o direito ao trabalho. E que se elimine definitivamente o desemprego e o subemprego.

11. Comida para todos

32 milhões de brasileiros passam fome todos os dias e outros 40 milhões se alimentam abaixo das necessidades. E preciso garantir que cada brasileiro possa se alimentar dignamente.

12. Educação pública para todos

A maioria do povo brasileiro não tem direito a estudar. As escolas públicas estão diminuindo e caindo a qualidade. Cerca de 70% dos eleitores brasileiros não completaram o primeiro grau. Por isso é preciso recuperar e garantir escola gratuita e de boa qualidade a todos que quiserem estudar, como aperfeiçoamento, como um direito de cidadãos.

13. Por um novo governo, popular

Esse novo modelo econômico, que resolva as necessidades da população, jamais será implantado pelo governo FHC. Por isso é preciso um governo popular, que realmente represente os interesses do povo e não mais das elites ou dos bancos e como aconteceu ao longo da história do Brasil.

MARCHAR E VENCER

Ademar Bogo

Abriu-se para nós Nesta fresta de tempo ao fim do século
A possibilidade de dizer
Que fome, miséria e tirania não são heranças
São elos de correntes que teimam algemar os braços Para que não se levantem em
direção
Nem se aproximem e se dêem as mãos
Para dizer o berço onde nascerão as futuras gerações.
Heranças são obras, são os feitos, são os sonhos desenhados pelos pés dos velhos
caminhantes
Que plantaram na história sementes de esperança
E nos legaram a tarefa de fazer Através da luta, o caminho de vencer.
Marchar é mais que andar
E mostrar com os pés o que dizem os sentimentos
Transformar a quietude em rebeldia
E traçar com os passos
O roteiro que nos leva à dignidade sem lamentos.
As fileiras como cordões humanos
Mostram os sinais dos rastros perfilados Dizendo em seu silêncio
Que é preciso despertar
E colocar em movimento
Milhões de pés sofridos, humilhados em todo o tempo
Sem temer tecer a liberdade
E nestas marcas de bravos lutadores
Iniciamos a edificação de novos seres construtores
De um projeto que nos levará a nova sociedade. Marchamos por saber que em cada
coração há uma esperança
Há uma chama despertada em cada peito
E a mesma luz é que nos faz seguir em frente
E tecer a história assim de nosso jeito.
A dor, a fome, a miséria e a opressão não são eternas
Eternos são os sonhos, a beleza e a solidariedade
Por estarem ao longo do caminho de quem anda
Em busca da utopia nas asas da liberdade.
As marchas alimentam grandes ideais
Porque grande é o sonho de cada caminhante
Que faz nascer do pranto, a alegria
Da ignorância a sabedoria
E das derrotas vitórias triunfantes.
Venham todos! - dizem nossas bandeiras
Que balançam como chamas nas fogueiras
E queimam as consciências de nossos inimigos
Que fazem da pátria galhos onde se aninham
Abutres que comem:
Das fábricas os empregos
Dos hospitais os remédios e a saúde
Das escolas as letras que educariam a juventude
E da terra o direito de viver em liberdade.
Assim a pátria passa ser propriedade
Privada, escravizada e obrigada

A entregar aos filhos logo ao nascer
A incerteza de passar o dia e não ver anoitecer.
Marchar se faz necessário
Para espantar os abutres desta estrada
E construir sem medo o amanhecer.
Pois, se eternos são os sonhos
Eterna também é
A certeza de vencer.

**PUBLICAÇÕES DISPONÍVEIS DA
CONSULTA POPULAR**

Cartilhas

Cartilha Nº1 - Projeto Popular para o Brasil (cartilha de Itaici)

Cartilha Nº 2 - História Política do. Brasil 1960-94

Cartilha Nº 3 - História, Crise e Dependência Externa

Cartilha Nº 4 - Trabalho de Base

Cartilha N- 5 - O neoliberalismo... ou o mecanismo para fabricar mais pobres entre os pobres

Cartilha N- 6 - Assembléia dos Lutadores do Povc

Livro

A opção brasileira - César Benjamin, João Pedro Stedile, Plínio de Arruda Sampaio, José Albino de Melo, Tânia Bacelar, Emir Sader, Luiz Bassegio, Luiz Eduardo Greenhalgh, Ari Alberti, Lúcia Camini, Reinaldo Gonçalves.

Pedidos

Secretaria Consulta Popular

Rua Ministro Godoy, 1484 - 005015-900 São Paulo - SP Telefax: (11) 263-9698

Correio eletrônico: consultapopular@cidadanet.org.br

Vídeos

Série Debates

1. *"A opção brasileira"* - César Benjamin
2. *"Reforma Agrária e desenvolvimento nacional"* - João P. Stedile, coordenador MST
3. *"O papel da universidade pública no Brasil"* - Aloisio Teixeira, professor UFRJ
4. *"Efeitos da reestruturação produtiva no mundo do trabalho"* - Jacob Gorender, historiador
5. *"Desenvolvimento e reformas estruturais"* - Mareio Pochmann, economista da Unicamp
6. *"Mitos da Globalização"* - Paulo Nogueira Batista Jr., Economista da FGV/SP
7. *"Globalização, o Estado e o mundo do trabalho"* - Sérgio Miranda, dep.federal PCdoB/MG
8. *"Perspectivas do movimento sindical"* - Kjeld Jakobsen, sec. Rei. Internacionais CUT
9. *"A crise do Plano Real"* - Tânia Bacelar, economista, professora da UEPE
10. *"Globalização ou desnacionalização"* - Reinaldo Gonçalves, economista, professor UFRJ
11. *"A vida acima da dívida"* - Adhemar Mineiro, César Benjamin, João Pedro e outros

Série Revolver

1. *"Projeto Popular para o Brasil"*

(Conferência de Itaiçi) - 19' *Produção: Rede Ruade Comunicação -1997*

2. *"O futuro da terra - 15'*

Direção/roteiro: WernerSchünemann Produção: Casa de Cinema de Porto Alegre

Pedidos

Secretaria Consulta Popular

Rua. Ministro Godoy, 1484 - 005015-900 São Paulo - SP Telefax: (11) 263-9698

Correio eletrônico: consultapopular@cidadanet.org.br